

18 SET 1999 Reforma do ensino médio

ESTADO DE SÃO PAULO

O Ministério da Educação entregou ao presidente da República os novos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNs), uma espécie de guia para orientar as escolas na ambiciosa reforma desse nível de ensino. Essa reforma é urgente e o MEC tem razão de reclamar do "ritmo lento" em que ela vem sendo implantada nos Estados. Embora essas diretrizes nacionais já estivessem em vigor desde junho de 1998, em dez Estados e no Distrito Federal ainda não foram sequer regulamentadas.

As profundas mudanças ocorridas no ensino básico geraram forte demanda pelo ensino médio. Desde o início da década de 90, com maior atenção e mais verbas destinadas ao ensino fundamental, houve grande diminuição na evasão escolar, o principal problema do ensino. O índice de evasão no nível básico caiu 56%, de 1992 a 1998. Com isso, em 1998, o número de crianças que passaram a concluir a 8.ª série dobrou em comparação com 1992. Por conseguinte, houve grande aumento no número de matrículas no ensino médio: em 1994, havia 4,9 milhões de alunos matriculados; em 1998, esse número chegou a 7,7 milhões, um crescimento de 57% – para um sistema de ensino que não estava preparado para essa expansão, tanto em termos da oferta de vagas como de modernização pedagógica.

A reforma pretende corrigir essas duas deficiências, de vagas e de qualidade. O ensino médio não conta com recursos específicos como ocorre com o ensino básico, que possui fonte fixa de financiamento, através do Fundo de Valorização do Magistério (Fundef). A proposta de empréstimo de US\$ 500 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para os próximos cinco anos,

com contrapartida de igual valor dos Estados, é uma das formas de resolver o problema de financiamento da reforma. O ministro da Educação Paulo Renato Souza sabe que apenas o empréstimo do BID não será suficiente, pois as receitas estaduais destinadas à Educação estão vinculadas em mais de dois terços ao ensino básico (no modelo atual), com o restante dividido entre ensino superior e médio, e apenas os Estados que regulamentarem a reforma estarão aptos a receber o empréstimo internacional.

Recursos financeiros são úteis para as instalações físicas, mas, isolados, não alteram a qualidade do ensino. A proposta modernizadora dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) pode conduzir a essa melhoria de qualidade. Uma das principais causas da evasão escolar é o desinteresse do aluno pela escola, em especial dos jovens, entre 15 e 19 anos, do ensino médio. Os

novos parâmetros propõem a assimilação analítica e interpretativa das matérias ensinadas e não a costumeira "decoração" para a prova e reforçam o princípio da interdisciplinaridade, aproximando o conteúdo das diferentes matérias. Esse conteúdo, pelos novos parâmetros, deve ter relação a mais próxima possível com o cotidiano da vida do aluno.

Diversos especialistas já alertaram que o sucesso dos novos PCNs dependerá da capacitação dos professores. O empréstimo do BID e os apótes com ele relacionados podem ser essenciais nesse processo de capacitação, desde que bem utilizados. Todos os docentes do ensino médio receberão até o final do ano os quatro volumes que formam os PCNs e a principal tarefa do MEC será treinar esses educadores para usarem de modo correto os novos parâmetros.

O sucesso dos Parâmetros Curriculares dependerá da capacitação dos docentes